



Sindsep convoca servidoras para ato no Dia Internacional da Mulher no Centro de São Luís

O Sindsep convoca suas filiadas e toda a categoria para participarem do ato público que será realizado no próximo dia 08 de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, no Largo do Carmo, no Centro de São Luís. A atividade terá início a partir das 9h e contará com a participação de centrais sindicais, do Fórum de Mulheres, da Marcha Mundial das Mulheres e de diversas entidades sindicais e movimentos sociais.

A mobilização tem como principal objetivo denunciar e combater a violência contra a mulher, além de promover a conscientização da sociedade sobre a importância da defesa dos direitos das mulheres e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante o ato serão realizadas panfletagens, diálogos com a população e intervenções públicas, buscando sensibilizar as pessoas que circulam pelo Centro Histórico da capital. A escolha do local se dá justamente pelo grande fluxo de trabalhadores, trabalhadoras, turistas e moradores da cidade, ampliando o alcance da atividade e fortalecendo a mensagem de enfrentamento à violência de gênero.

A programação também contará com falas de lideranças sindicais, representantes de movimentos de mulheres e atores políticos que atuam na defesa dos direitos femininos e no combate à violência. As intervenções devem destacar a necessidade de políticas públicas eficazes, proteção às vítimas e punição aos agressores.

Para o Sindsep, o 08 de Março, é um momento de memória, resistência e mobilização, que reforça a luta histórica das mulheres por direitos, igualdade, respeito e dignidade. O sindicato destaca ainda que a participação das servidoras e servidores é fundamental para fortalecer a mobilização social e ampliar a pressão por avanços concretos nas políticas de proteção às mulheres.

O Sindsep reforça o chamado para que todas as filiadas participem do ato, transformando o Dia Internacional da Mulher em um momento de unidade, luta e conscientização coletiva contra todas as formas de violência e desigualdade.

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

CUT

Nem privilégio, nem precarização: Pelo fim das distorções salariais no setor público

Quem já esteve nos atos em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) sabe: a música "Xibom Bombom", do grupo As Meninas, virou trilha da nossa indignação contra as distorções salariais no Executivo Federal. No refrão do sucesso de 1999, a realidade da política salarial que produz efeitos perversos no setor público: "O de cima sobe e o de baixo desce..."

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas querem dar um outro tom a essa realidade e, por isso, estão em campanha permanente pelo fim das distorções salariais no setor público. Hoje, no Executivo, há carreiras com atribuições semelhantes, responsabilidades equivalentes e exigências técnicas próximas, mas com dife-

renças salariais profundas.

Essas desigualdades foram ampliadas por negociações fragmentadas e reestruturações pontuais, sem uma política geral de reorganização das tabelas remuneratórias. O resultado é um cenário de injustiça que desestimula servidores, dificulta a retenção de quadros qualificados e aprofunda hierarquias artificiais dentro do próprio Estado.

A situação ganhou novo capítulo com o Projeto de Lei nº 5874/2025, que reestrutura parte das carreiras, mas deixa diversos segmentos de fora, o que aprofunda e cria um novo ciclo de desigualdades internas no Executivo.

Para enfrentar isso, apresentamos 43 emendas no Senado, com o objetivo de corrigir exclusões, equilibrar a política salarial, valorizar as

carreiras administrativas e defender concursos públicos em todos os níveis de escolaridade, contra a lógica da terceirização.

A injustiça das distorções salariais não produz apenas efeitos financeiros individuais. Essa política produz vários efeitos institucionais perversos e prejudica o serviço público brasileiro.

Por isso, a campanha pelo fim das distorções salariais é também uma agenda mais ampla de valorização do serviço público.

A luta é permanente. E só será vitoriosa com unidade e mobilização da maioria dos servidores do Executivo Federal.

Serviço público forte se faz com valorização, justiça e organização coletiva.

Fonte: Condsef

Mês da Mulher: fim da escala 6x1 é estratégico para enfrentar a sobrecarga feminina

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma luta histórica da CUT. Neste mês Internacional da Mulher, a campanha pelo fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho para apenas um de descanso) ganha centralidade por seu impacto direto na vida das trabalhadoras, que seguem submetidas à dupla e, muitas vezes, tripla jornada.

Ao longo de décadas, o movimento sindical tem afirmado que, além do trabalho, existe vida e que o direito ao descanso, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e social não é privilégio e

sim fator fundamental da dignidade humana. Quando esse debate é atravessado pela desigualdade de gênero, ele se torna ainda mais urgente.

Escala 6x1 aprofunda sobrecarga

A escala 6x1 está disseminada sobretudo em setores com forte presença feminina, como comércio e serviços. Na prática, o único dia de "folga" costuma ser absorvido por tarefas domésticas acumuladas, compras, organização da casa e cuidados com filhos ou familiares.

O resultado é que o descanso semanal se transforma em mais uma

etapa da jornada. Quando se soma trabalho remunerado, deslocamento e trabalho doméstico, há mulheres que ultrapassam 11 horas diárias de atividade contínua.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), cerca de 75% das pessoas ocupadas no Brasil trabalham 40 horas ou mais por semana. Entre as mulheres, a essas horas se somam, em média, outras 21 horas de trabalho não pago.

Fonte: CUT